

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal desta obra é salientar e analisar as relações mútuas entre alguns dos denominados “novos movimentos sociais” e o campo da educação, seja este último informal, isto é, não intencional e que geralmente ocorre de modo irrefletido; seja formal, aquele que se estabelece intencionalmente nos espaços escolares e institucionais. Diante da diversidade dos trabalhos típicos sobre a imbricação dessas duas temáticas, não foram contemplados aqui somente os movimentos sociais progressistas – embora os autores claramente se coloquem ao lado deles –, mas também aqueles de caráter conservador e reacionário, que, em geral, não são associados à educação, mas que, desde 2015, vêm se mostrando bastante atuantes no Brasil, tanto na educação informal – relações familiares, por exemplo – quanto na educação formal – no ambiente escolar.

Mais detidamente, objetiva-se identificar:

1. Como os movimentos sociais pressionam e tensionam a educação escolar, ampliando o acesso de determinados sujeitos a ela e melhorando suas condições;
2. Como o fato de se engajar num movimento social é, por si só, uma situação educativa, já que promove diversas aprendizagens para os sujeitos;
3. Como as demandas e as pressões que os movimentos sociais fazem em relação à sociedade educam os sujeitos que não fazem parte desses movimentos, ou seja, como os movimentos sociais educam a sociedade;

4. Como o fato de vivenciar a escolarização, ou seja, ser alfabetizado(a), amplia as possibilidades de atuação política, como a participação mais ativa e efetiva em movimentos sociais;
5. Como os movimentos sociais se educam mutuamente – o MST, por exemplo –, a partir de discussões feministas e do movimento negro, que reavaliaram suas práticas e ordenamentos hierárquicos em relação às questões de gênero e étnico-raciais. Outro exemplo: os movimentos trabalhistas docentes surgidos na década de 1960 aprenderam estratégias de luta e de mobilização com os movimentos operários e anarquistas das décadas de 1910 e 1920, como a realização de greves.

Os movimentos sociais estão presentes em todas as regiões do Brasil, ocorrendo desde a Inconfidência Mineira, passando pelo Quilombo dos Palmares, até as diversas revoltas sociais que se deram no século XIX, como a Guerra dos Canudos, o Movimento Farroupilha, a Revolta dos Malês, a Balaiada, a Cabanagem, o Cangaço, entre outros. Contudo, são abordados aqui alguns dos “novos movimentos sociais”, que surgiram ao longo da luta contra a ditadura militar nos anos de 1960 e/ou com a abertura política “permitida” no final dos anos de 1970 e no começo dos anos de 1980, além dos movimentos que já existiam, pelo menos, desde a década de 1930, como é o caso do movimento negro e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esses movimentos se reconfiguraram, se ampliaram e, muitas vezes, radicalizaram-se de tal forma que, tendo em vista os ataques que sofriam do

regime militar, praticamente se transformaram em novos movimentos sociais.

Cabe destacar que, diante da variedade e da quantidade de movimentos sociais no Brasil, por questões de recorte metodológico e por suas relações mais diretas com a educação, optou-se por contemplar somente alguns desses movimentos, que, por seu turno, são amplamente diversificados também internamente. Em função dessa complexidade, decidiu-se também pontuar e comentar as relações com a educação a partir de dois movimentos sociais não progressistas, sendo um conservador e outro reacionário,¹ salientando que eles também influenciam o campo educacional.

À vista disso, os movimentos sociais progressistas aqui tratados – que visam à transformação da sociedade “para a frente” – foram: o Movimento dos(as) Profissionais da Educação, que, embora dentro dos movimentos trabalhistas em geral, foi tratado à parte, por estar particularmente ligado à educação pela própria natureza das atividades dos(as) seus/suas trabalhadores(as); a União Nacional dos Estudantes (UNE); o movimento LGBTQIA+; o movimento negro;

1 Os movimentos sociais, tanto os reacionários quanto os conservadores, encontram-se no espectro sociopolítico das direitas e são contra transformações sociais. Todavia, há uma diferença basilar entre eles, como mostrou o filósofo Jean Pierre Faye, em 2002, com a Teoria da Ferradura: os conservadores desejam que a sociedade não mude e permaneça como está, mantendo-se, em geral, os privilégios das minorias e o controle político das oligarquias; e os reacionários defendem que a sociedade retroceda para épocas em que acreditam que tudo era melhor, como quando os alunos se levantavam solenemente assim que o professor entrava na sala; quando o homem era o chefe da família, que se caracterizava por ser monogâmica e heterossexual; quando a mulher não exercia atividades remuneradas e só cuidava dos afazeres domésticos, dos filhos e dos idosos da família etc. (SILVA, 2020).

o movimento indígena e indigenista; o movimento feminista e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, propositalmente, foram abordados conjuntamente, visto que o feminismo mudou o olhar dos(as) militantes para a condição da mulher, transformando várias práticas do MST, tradicionalmente patriarcal, e de outros movimentos, como os operários e trabalhistas, o movimento ambientalista e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Um capítulo adicional abordou as contribuições dos movimentos sociais para a modalidade conhecida como Educação de Jovens e Adultos (EJA), vista como crucial para a escolarização das classes populares e marginalizadas.

Quanto aos movimentos reacionários e conservadores – que advogam pela manutenção do *status quo* da sociedade ou, quando mais radicais, pleiteiam a volta a um passado mítico e idealizado como melhor, por exemplo, ao defenderem o lugar da mulher como restrito ao espaço doméstico – foram abordados o Movimento Evangélico Neopentecostal e o Escola sem Partido. O primeiro remete, indireta e difusamente, às questões educacionais e, quando o faz, trata principalmente da educação informal, como a defesa de uma educação tradicional familiar que deveria ser dada às meninas e aos meninos de modo diferenciado. O segundo movimento busca intervir diretamente na educação escolar, sendo que muitos dos seus propugnadores pertencem às correntes evangélicas do Movimento Evangélico Neopentecostal.

Pretende-se trazer relevo a uma temática premente e atual, mostrando as recíprocas contribuições e determinações entre os movimentos sociais e a educação, e proporcionando

novos olhares e aprendizagens sobre tal interação. O livro poderá ser utilizado não apenas para pesquisas acadêmicas, projetos de extensão e/ou para o ensino universitário na área de ciências humanas, mas também para o ensino das disciplinas de História, Filosofia e, sobretudo, Sociologia no ensino médio. Pensando nisso, os capítulos foram elaborados para serem lidos/empregados em trabalhos acadêmicos e/ou escolares de forma independente no que diz respeito ao esclarecimento da história, do surgimento e das características principais de cada movimento, bem como suas relações com o campo da educação, formal – como a escolar – ou não – como a aprendizagem que se dá no convívio cotidiano entre os sujeitos.

Sob o ponto de vista metodológico, esta obra constitui uma profunda e, ao mesmo tempo, abrangente pesquisa bibliográfica. Por esse motivo, em alguns capítulos, ao tratar certo movimento social, adotou-se um(a) autor(a) em particular como a base principal da exposição daquele tema, geralmente aquele(a) que é uma referência na área. Por outro, os autores também se permitiram fazer certos adendos que tomam caminhos um pouco afastados da temática principal tratada em dado capítulo propositalmente, no sentido de abrir possíveis “janelas de problematização” para reflexões futuras por parte das leitoras e dos leitores da obra.

Por fim, para situar alguns dos movimentos trabalhados na obra e respectivas datas relevantes, os autores elaboraram a Figura 1, a seguir:

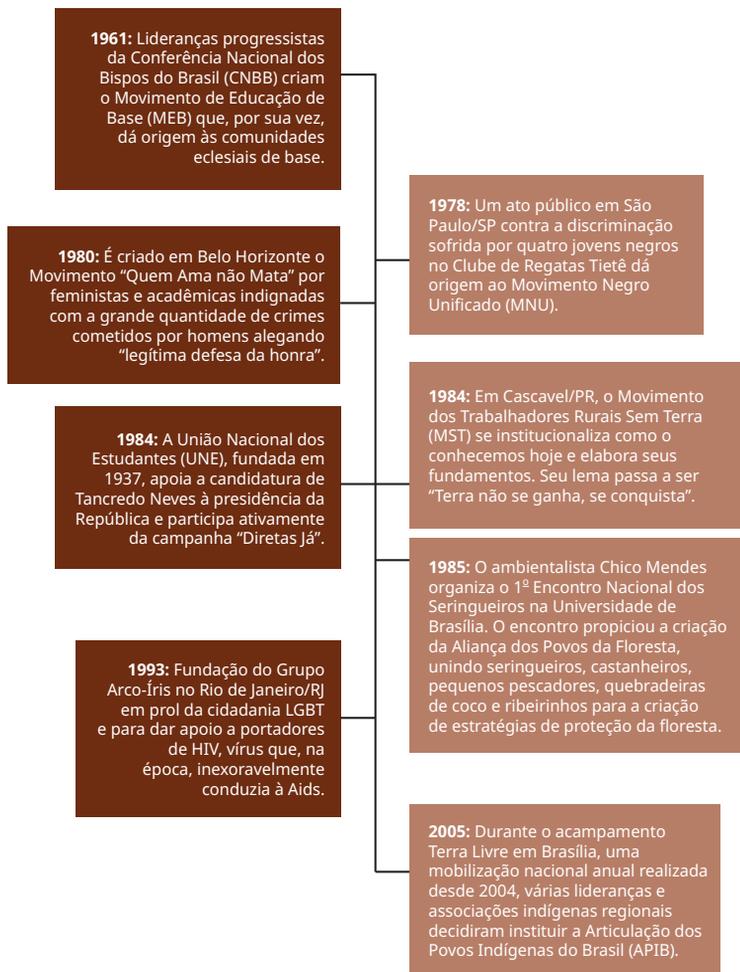


Figura 1: Linha do tempo com acontecimentos importantes para alguns movimentos progressistas

Fonte: elaboração dos autores.